

## **PROCESSOS COLONIAIS, SILENCIAMENTO E A TRADUÇÃO PONTE PLÁSTICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

*Patrick Rezende* (UFES)  
[patrickrezende@hotmail.com](mailto:patrickrezende@hotmail.com)

Digo: o real não está na saída nem na chegada:  
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(João Guimarães Rosa)

### **RESUMO**

Na tentativa de constituir uma história universal que fosse de encontro aos interesses das sociedades ocidentais, as empresas coloniais europeias se valeram de práticas maniqueístas para impor seu olhar. A tradução, ferramenta que nos permite compreender e manifestar intenções, foi usada continuamente como ferramenta de poder, reforçando hierarquias e silenciando vozes. O discurso colonial se valeu explicitamente dos processos tradutórios para transformar suas perspectivas em verdades universais, produzindo um mundo dicotômico, no qual os olhares que buscam desviar dos padrões impostos pela lógica ocidental são subjugados e submetidos às cruéis práticas de violência. Entretanto, é importante perceber que na constituição dessa ilusória civilização universal muito escapou e a resistência pode ser percebida por todo processo colonial. A tradução, então, poderá ser reposicionada como prática capaz de recontar as histórias, dando voz ao que foi silenciado e permitindo a desconstrução de paradigmas dominantes. Sugere-se, portanto, repensar as artes tradutórias a partir da sua plasticidade, ou seja, prática que promove pontes que manifestam os infinitos cruzamentos presentes entre línguas, capaz de evidenciar o homem como interseções de diversas vozes que carregam suas historicidades. De tal forma, procurar-se-á pensar a questão da tradução não como pontes rígidas que se fixam e seguem de um ponto ao outro, buscando equivalências simplistas, mas como constituições plásticas que estão em uma contínua relação dialógica e maleável que desconstroem as persistentes hierarquias do mundo e possibilita o recontar da história a partir também de perspectivas que vem sendo mantidas sob o silêncio.

**Palavras-chave:** Tradução. Processos coloniais. Discurso colonial. História.

Com a queda do regime militar argentino em 1983, o diretor Luis Puenzo lança, dois anos mais tarde, o filme *La Historia Oficial* (PUENZO & BORTNIK, 1985). O longa-metragem retrata o período final da ditadura militar na Argentina entrelaçado a vida da professora de história Alicia, uma jovem senhora da classe média portenha, que é mãe de Gaby, uma criança adotada ainda bebê, trazida para casa pelo marido, Roberto, um empresário envolvido em negócios abstrusos com os militares.

Alicia, durante suas aulas de história para um grupo de adolescentes de uma escola regular de Buenos Aires, demonstra que entender a história é uma maneira de sobreviver e pontua ainda no início do filme que abarcá-la é se preparar para “compreender o mundo. Nenhum povo pode sobreviver sem memória e a história é a memória do povo<sup>45</sup>.” (PUENZO & BORTNIK, 1985, tradução nossa) Todavia, é importante ressaltar que para Alice só há uma história, aquela é tida como oficial. Portanto, tanto em sua vida pessoal quanto profissional, a professora renegou tudo o que fosse proposto por quem não tivesse autoridade para tal.

Com o fim da ditadura militar, sua amiga Ana, ex-presença política, retorna do exílio e Alicia começa a se dar conta de que nem sempre há apenas uma única versão para a história. Junta-se a isto o fato de que a liberdade trazida com o fim do regime possibilitou aos seus jovens alunos questionar o que seria oficial. Em um momento magistral do filme, os alunos discutem sobre a morte de Mariano Moreno, um dos líderes da independência argentina. A conservadora professora de história afirma que Moreno morreu de causas naturais, entretanto, seus alunos a questionam dizendo que ele teria sido envenenado por seus ideais libertários. Alicia imediatamente nega a possibilidade e afirma que isto não passa de uma teoria nunca comprovada, sem provas. Um aluno provoca ainda mais a professora e afirma que “não há provas porque a história é escrita por assassinos<sup>46</sup>” (PUENZO & BORTNIK, 1985, tradução nossa).

A beleza magistral da cena não é pelo embate provocado pelo aluno ou pela retomada de um importante momento histórico, mas pelo simbolismo aí imbuído. O aluno convida a professora a questionar a “história oficial”, a desconstruir as verdades que lhe foram impostas e a abrir seu olhar para que outras histórias não sejam apagadas por interesses de

---

<sup>45</sup> “Comprender la historia es prepararse para comprender el mundo. Ningún pueblo podría sobrevivir sin memoria y la historia es la memoria de los pueblos.”

<sup>46</sup> “No hay pruebas porque la historia la escriben los asesinos.”

um determinado grupo. O aluno parece inconscientemente dizer a Alicia para produzir suas próprias traduções e não reproduzir discursos prontos.

Na aula seguinte, a professora chega à classe e encontra diversos jornais pregados a parede com notícias e fotos de crianças desaparecidas durante a ditadura, contrariando informações presentes e outras vezes omitidas das fontes *oficiais*. Enquanto a cena mostra a professora entrando na sala e se deparando com tais recortes, um aluno, em voz baixa, lê determinados trechos de Moreno publicado na *Gazeta de Buenos Ayres*, em 2 de junho de 1810, que dizem que

[...] porque não tendo liberdade de pensamento, continuarão a aceitar os absurdos que consagraram nossos pais e autorizaram o tempo e o costume. Sejam uma vez menos partidários de nossas velhas opiniões, menos egoístas. Dê-se acesso à verdade. A verdade como virtude tem em si a sua apologia; discutindo-as e ventilando-as aparecem em todo seu esplendor e brilho. Se se opõe restrições ao discurso, vegetará o espírito assim como a matéria. O erro, a mentira, o fanatismo e a ignorância dividirão os povos e causarão para sempre seu abatimento, sua ruína e sua miséria.<sup>47</sup> (PUENZO & BORTNIK, 1985, cap.1, tradução nossa).

A junção das palavras republicanas de Mariano Moreno com os recortes de jornais sobre o período militar intercala dois momentos, ainda que separados por mais de um século, onde o pensamento era controlado explicitamente e os indivíduos eram desencorajados a questionar, sugerindo que a humanidade parece ter permanecido na inércia em determinados aspectos. Por outro lado, os alunos, ao provocarem Alicia, tiram-na da zona de conforto e encorajam-na a ir além do conhecimento canônico presente nas fontes reconhecidas pelas autoridades de poder. Muito além de aspectos acadêmicos, o despertar da professora de história ocorre em todos os níveis da sua vida. Alicia aprende com seus alunos, percebendo que a vida é feita por processos tradutórios que devem ser realizados consciente e criticamente, que compreender as conjunturas e historicidades nas quais nos constituímos não é uma tarefa mecânica, mas um processo de significação contínuo que produzirá sentido a partir das posições e posicionamentos nos quais nos encontramos.

---

<sup>47</sup> "Porque no teniendo libertad de pensamiento, se seguirán respetando los absurdos que han consagrado nuestros padres, y ha autorizado el tiempo y la costumbre. Seamos una vez menos partidarios de nuestras envejecidas opiniones; tengamos menos amor propio; dese acceso a la verdad. La verdad, como la virtud tienen en sí mismas su más incontestable apología; a fuerza de discutir las y ventilarlas aparecen en todo su esplendor y brillo; si se oponen restricciones al discurso, vegetará el espíritu como la materia y el error, la mentira, la preocupación, el fanatismo y el embrutecimiento harán la divisa de los pueblos, y causarán para siempre su abatimiento, su ruina y su miseria."

Passamos nossas vidas permeados a todo instante por fontes constitutivas, estas que cruzam, contaminam e acabam por dar contornos a nossa historicidade. As referências midiáticas, as instituições de ensino e as religiosas, as organizações políticas e econômicas, os núcleos familiares e os mecanismos sociais são pontos cardiais, principalmente no Ocidente, na construção da memória de um povo. As tradições são constituídas e mantidas graças ao esforço, de certa forma, coletivo, de diversos níveis de organizações. Sendo que nesse contar da história, muitas destas fontes constitutivas acabam por se posicionarem na privilegiada posição de oficiais. Assim, é importante refletir a todo instante como escolas, igrejas, governos, imprensa e outras estruturas vem se posicionando por trás do discurso da *oficialidade*, tornando-se àqueles que contam a história, única e oficial.

O Ocidente, que na atualidade suplantou os muros da concepção geográfica e passou a ser uma questão muito mais ideológica, é descrito por Stuart Hall (1996) em seu prestigiado ensaio *The West and The Rest: Discourse and Power* como um constructo sintético mental inventado a partir da justaposição de diversas outras noções que pode ser caracterizado como qualquer “sociedade desenvolvida, urbanizada, capitalista, secular e moderna” (p.186). Junte-se a isto o fato de o Ocidente ter se sustentado por séculos, em muitos aspectos, por meio de práticas normatizantes, opressoras e dominantes. Tais métodos ocidentais acabaram por produzir um modo de pensar binário e uma dicotomização do mundo em diferentes níveis, mas sobretudo político, entre o Ocidente (*West*) e o Resto (*Rest*).

Portanto, faz-se necessário perceber que tais processos de subjugação, intervenção e exploração do Ocidente sobre os que estão fora de seu prestigiado grupo dá-se, antes de tudo, da ambição ocidental em se apropriar de recursos para além de suas limitações geográficas; desde matérias-primas e mão de obra aos mercados consumidores. Tais práticas estão entrelaçadas também na necessidade de manter os privilégios do Ocidente.

Edward Said (2003) aponta que o discurso ocidental procura não apenas diferenciar e *feticizar* o Resto, mas sobretudo representá-lo de forma que seja necessária uma intervenção corretora por parte do Ocidente. Assim, os processos coloniais podem ser vistos antes de qualquer coisa como tentativas de dominar, controlar, reestruturar e se apropriar dos povos, culturas e territórios do Resto.

O Ocidente vem contando a suposta “história universal”, a partir, é claro, das perspectivas que lhe favoreça e neste processo que começa sempre no discurso, o outro perde sua voz, silencia-o para que assim ele possa ser representado pelos anseios ocidentais. A constituição da imagem do outro pelo colonizador se dá pela criação de identidades estereotipadas repetidas incessantemente para que este constructo possa justificar as práticas violentas do Ocidente.

Para ilustrar, pensemos em dois casos: o dos indígenas no início da invasão Europeia as Américas e a atual questão árabe. No primeiro caso os habitantes do continente americano foram descritos ao longo de anos como indolentes, selvagens, traiçoeiros, pagãos e ameaçadores, portanto, caberia ao homem branco europeu trazer civilização a estes povos, neste caso, escravizá-los e evangelizá-los seria justificável, bem como aniquilá-los se necessário. Nos tempos atuais, os árabes sofrem processos de subjugação bem semelhantes, são retratados pelas sociedades ocidentais como bárbaros, alienados, extremistas e sobretudo terroristas, logo, cabe ao Ocidente intervir para que a “paz do mundo” seja preservada.

De tal forma, percebemos que os preceitos ocidentais continuam em um processo colonial que ainda não findou, apresentando o outro como uma cópia corrompida que precisa ser modificada até que seja enquadrada aos padrões desejáveis do mundo ocidental. Assim, o discurso dominante aponta o colonizado como incapaz de produzir sua própria representação, bem como inapto a se organizar e conduzir suas próprias formas de aparelhamento.

O Outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem/contraimagem de um esclarecimento serial. A narrativa e a política *cultural* da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O Outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. (BHABHA, 2010, p. 59)

Bhabha denuncia que, no discurso colonial, o outro é constituído pelo silenciamento, a partir da ausência, uma vez que o caráter de concepção desse outro é tomado a partir da ideia de que ele não pode criar sua própria representação, não é dado ao outro o direito de constituir a si próprio. Assim, segundo Eni Orlandi, há uma ampla margem de silêncio que é “produzida pelo dominador e empunhada pelo dominado” e, nesse encontro, a autora sinaliza que: de um lado, os colonizadores objetivavam submergir as diferenças, projetando os colonizados como “cópias em seus imaginários, cópias malfeitas a serem passadas a limpo; enquanto, do outro lado, assumindo a condição de simulacros – imagens rebel-

des e avessas a qualquer representação –,” os colonizados às vezes acabam por consentir com o discurso das cópias. (2008, p. 26-27)

Faz-se mister entender que a estratégia de reprodução do outro de maneira estereotipada e unificada cria um jogo dual de representação entre o colonizado e o colonizador, em que o discurso colonial simplifica as diferenças, transformando-as em algo homogêneo que servirá de modelo para suprimi-las. Assim, o que difere deve ser sufocado ou mesmo inserido na lógica binária, formando discursos que desqualificam o outro, que é visto como um não ser, um não masculino, um não heterossexual, um não branco, um não judaico-cristão, sintetizando, um não legítimo ocidental.

Portanto, é neste ponto que precisamos refletir sobre a questão da tradução, entendida aqui não apenas como um procedimento de transposição entre diferentes línguas, mas como atividade inerente ao ser humano, que está a todo instante decodificando, reformulando, retextualizando ou parafraseando intenções, estas não apenas verbais. Assim como apontou tão magistralmente Octavio Paz:

aprender a falar é aprender a traduzir: quando uma criança pergunta a sua mãe o significado desta ou daquela palavra, o que realmente pede é que traduza para a sua linguagem a palavra desconhecida. A tradução dentro de uma língua não é, nesse sentido, essencialmente diferente da tradução entre duas línguas, e a história de todos os povos repete a experiência infantil (1990, p. 9).

De tal forma, retomamos Bassnett (2008) que nos lembra de que os processos tradutórios foram e continuam sendo usados, sem o menor pudor, como um artifício do poder colonial, ferramenta que reforça as hierarquias de poder e silencia vozes. O discurso colonial consecutivamente se valeu da tradução para transformar valores de seus interesses em verdades universais. Dá a importância de subverter tal prática e transformá-la como uma possibilidade de resistência, entretanto, é preciso cuidado para não transformar a tradução em um instrumento que produza ainda mais silenciamento.

Sandra Regina Goulart de Almeida, tradutora e grande estudiosa de Gayatri Spivak, assinala que a teórica indiana marca a necessidade de estarmos também sempre vigilantes para não acabarmos produzindo discursos para e pelo outro. Desapossar a tradução de posição privilegiada no âmbito colonial é lançar possibilidades para que o outro possa falar por ele próprio, para que ele possa traduzir e se traduzir no mundo a partir das suas perspectivas.

Estar vigilante, no sentido que Spivak dá ao termo, significa não apenas estar atento às forças da matriz colonial de poder, mas também às possíveis construções ilusórias de engajamento político e ético e às cumplicidades de nossas posições como intelectuais pós-(e des)coloniais. Significa ainda abrir espaço para um aprendizado contínuo a partir do outro, daquele cujo discurso silenciado corre o risco de ser apropriado e, assim, tornar-se ainda mais emudecido. (ALMEIDA, 2013, p. 139)

Assim, o desconstruir dos paradigmas dominantes do olhar ocidental e consequentemente dos processos coloniais cruza a forma como entendemos a própria noção de oficialidade e de tradução. Para que não nos posicionemos como Aliciais, a personagem principal do filme *La Historia Oficial*, acreditando que haja apenas uma história única e oficial, deveríamos continuamente nos posicionar vigilantes e questionar as oficialidades dos discursos e buscar perceber que não há uma única possibilidade de compreensão. Somos leitores do mundo e cabe a nós interpretar, transformar e produzir significações a partir das nossas próprias experiências, entendendo que este processo é sempre provisório, não havendo uma fonte oficial a qual o indivíduo deva se sujeitar por meio de uma fidelidade a um suposto original. Da mesma forma que precisamos perceber o outro como legítimo outro, permitindo que ele possa produzir suas próprias significações, bem como necessitamos nos posicionar numa escuta que seja capaz de se deixar contaminar pelos discursos do outro, que vem também carregado de tantas outras vozes.

A resistência pela tradução vem quando somos capazes não de inverter as posições de dominador e dominado ou de emissor ativo e receptor meramente passivo, mas quando criamos possibilidade para que o então dominado ou receptor seja capaz de produzir seus próprios discursos, suas próprias constituições e possa falar a partir de suas próprias traduções do mundo. De tal modo, desconstruímos essa hierarquização de tudo quando posicionamos as diversas vozes sob a mesma ótica, dando a elas a mesma escuta. Trazendo novamente os dois exemplos citados acima, dos indígenas e dos árabes, a resistência via tradução não se trataria de aceitar a história apenas do ponto de vista de ambos os grupos e desconsiderar a versão ocidental, pois assim estaríamos nos valendo das mesmas táticas mesquinhas do Ocidente. Entretanto, cabe a nós criarmos caminhos para que estes grupos que vem sendo subjugados e subalternizados possam ser capazes de se autorrepresentarem e contar suas próprias histórias, com suas próprias vozes. Assim, quando os diversos discursos passam a se considerados, produzindo *infinitos tradutores*, estes entendidos a partir de suas determinadas conjunturas que revelam suas próprias historicidades, promovendo um enriquecimento dos olhares.

Afinal, ganhamos mais quando temos a diversidade e percebemos que a composição da natureza é por ela própria plural.

Eis aí tradução entendida como uma ponte plástica, processo que ocorre a partir da relação dialógica entre indivíduos, sem qualquer hierarquização, sem oficialidades, sem pontos de partidas ou pontos de chegadas, mas cheios de interstícios que possibilitam o encontro. É plástica por se capaz de se modificar a cada novo contexto, a cada nova voz que vem integrar e interagir com a produção discursiva. A tradução é uma ponte plástica no momento que entendemos que as relações não são simplesmente duais, mas que estão a todo instante coexistindo de maneira plural, esticando daqui, reduzindo dali e convergindo no aqui e no acolá.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sandra Regina G. Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; TOLLER GOMES, Heloisa. *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

BASSNETT, Susan. *Translation Studies*. Routledge, 2008

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad.: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, St. (Org.). *Modernity: an introduction to modern societies*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1996.

PAZ, Octavio. *Traducción: literatura y literalidad*. 3. ed. Barcelona: Tusquets, 1990.

PUENZO, Luis; BORTNIK, Aída. *La historia oficial*. [Filme-vídeo] Buenos Aires, Argentina, 1985. DVD, 114 min. Ntsc. Dolby Digital.

SAID, Edward W. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad.: Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.